

FORMAÇÃO DO PROFESSOR LEITOR: DESAFIOS CURRICULARES EM CURSOS DE LICENCIATURA EM LETRAS (PESQUISA EM ANDAMENTO)

Reader teacher education: curricula challenges in degree courses in Letters (research in progress)

Neidi Mara Janke¹

Franciele Fantin²

Recebido em: 6 jun. 2015

Aceito em: 23 ago. 2015

RESUMO

Apresenta-se aqui o quadro de uma pesquisa em andamento, ainda em fase de coleta de dados. A partir de uma reflexão sobre a importância das práticas de leitura para a docência, tem por objetivo investigar a presença de orientações sobre a leitura em cursos de licenciatura, buscando responder as seguintes perguntas: (1) discutir o papel da leitura na construção do capital cultural e simbólico, identificando seu valor social na constituição do sujeito; (2) analisar programas nacionais de incentivo à leitura desenvolvidos pelo governo federal, a fim de verificar como vem se dando a atuação do Estado em políticas de incentivo à leitura no Brasil; (3) verificar a contribuição da leitura na constituição da profissionalização docente; (4) analisar se e como o tema da leitura é abordado nos currículos dos cursos de licenciatura em letras, verificando ênfases e omissões na formação de professores da educação básica.

Palavras-chave: Leitura. Formação docente. Licenciatura.

ABSTRACT

It is presented here the general picture of an ongoing study, still in the data collection phase. After a reflection on the importance of reading practices for teaching, the study aims to investigate the presence of guidance on reading in degree courses, seeking to answer the following

1 Professora da Universidade do Contestado, Campus de Concórdia (SC).

2 Mestranda em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina.

questions: (1) the role of reading in the construction of cultural capital and symbolic, identifying its social value in the constitution of the subject; (2) analysis of national reading incentive programs developed by the federal government in order to see how they have been taking the role of the State in reading incentive policies in Brazil; (3) check the reading contribution in the constitution of teacher professionalization; (4) whether and how the reading of the issue is addressed in the curricula of undergraduate programs in letters, checking emphases and omissions in the basic education teacher training.

Keywords: Reading. Teacher training. Degree courses.

INTRODUÇÃO

Cada período da história toma as questões da leitura sob perspectivas nem sempre convergentes, porquanto estejam profundamente imbricadas aos interesses em jogo, às necessidades de cada contexto histórico e às relações que se estabelecem entre desenvolvimento e aquisição de bens culturais e simbólicos. Apesar das diferentes perspectivas em torno de sua importância e significado, ao longo do processo histórico ela vem se constituindo como um ato social e político, condição essencial para o exercício pleno da cidadania. Nesse sentido, a sua materialização é entendida como parte da constituição do sujeito e um meio a partir do qual ocorre a interação humana, bem como a construção da identidade de uma nação. A leitura é compreendida como um processo ativo, em que leituras atuais modificam a compreensão de leituras anteriores e subsidiam a prática da escrita.

Seguindo autores como Antunes (2003), Freire (2011), Soares (2010), Kleiman (2010), dentre outros, considero a leitura matriz de referência na educação do indivíduo. Apesar de suas múltiplas dimensões, é sabido que a leitura constitui eixo primordial para o desencadeamento da habilidade discursiva, isso porque “entre a escrita e a leitura existe uma relação de interdependência de intercomplementaridade” (ANTUNES, 2009, p. 80). Logo, toda atividade de escrita deveria, também, ser uma atividade de leitura e vice-versa.

A leitura oferece subsídios para o desenvolvimento da autonomia do sujeito em diferentes contextos. A autonomia é possível quando o

indivíduo é capaz de enfrentar, problematizar, reconhecer e entender situações individuais e coletivas em diferentes espaços sociais, e essa construção deve ser favorecida quando do acesso dos estudantes à educação superior. “O papel das instituições de ensino é indiscutível na direção de possibilitar ao aluno universitário um papel ativo em atividades de leitura, compreensão, análise e produção de textos” (FISCHER, 2011, p. 267).

Por conta dos significados que assume, a prática da leitura vem constituindo uma das grandes preocupações da sociedade contemporânea e alvo de políticas que buscam preencher as carências nacionais e promover a melhoria da qualidade educacional por meio do incentivo à prática da leitura. No Brasil, foi a partir da década de 1970 que a formulação de políticas públicas voltadas ao incentivo à leitura foi ampliada. Todavia, despertar o interesse especialmente dos jovens para os livros e a leitura não é uma tarefa fácil, principalmente quando a atividade de leitura não foi um hábito cultivado desde a infância. E esse problema torna-se mais evidente quando esses jovens adentram a educação superior.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo 43 estabelece, dentre as finalidades da educação superior, “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo” (BRASIL, 1996, p. 28). Não obstante, dados do ENADE de 2011 informam que o perfil do leitor universitário é preocupante. Especialmente nos cursos de formação de professores, predomina falta de domínio da norma culta da língua e pouca capacidade argumentativa.

Segundo Benevides (2006, p. 71), isso denota a “ausência de uma prática de leitura voltada para os conteúdos específicos da formação de um professor de língua materna [...]”. A ausência da prática da leitura nesses cursos repercute no processo de formação e profissionalização docente, uma vez que a leitura constitui a base de sustentação da atuação reflexiva do professor. Muitas vezes prevalecem atividades que valorizam o conteúdo gramatical, por vezes descontextualizado, em detrimento do desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

No contexto dos cursos superiores de formação dos professores, consideramos os cursos de licenciatura em Letras como *locus*

indispensável para o desenvolvimento desse debate. Os professores formados em cursos de Letras devem adquirir competências e habilidades que os possibilitem o “domínio da língua estudada e suas culturas” (BRASIL, 2007), o que inclui domínio da língua portuguesa.

Na esteira dessa diretriz, Lajolo defende que

o professor de português deve estar familiarizado com a história do ensino da Língua Portuguesa no Brasil, com a história da alfabetização, da leitura e da literatura na escola brasileira, pois só assim poderá perceber-se num processo que não começa nem se encerra nele, e poderá, no mesmo gesto, tanto dar sentido aos esforços dos educadores que o precederam, como ainda sinalizar o caminho dos que o sucederão (2008, p. 22).

Desse ponto de vista, é imprescindível que o profissional docente desses cursos tenha uma noção ampla de linguagem, em seus aspectos sociais, psicológicos, políticos. E mais, que seja usuário competente da modalidade da norma culta – assim contribuirá com os saberes que englobam um conjunto de conhecimentos, competências e habilidades necessários para atender a demanda vigente no cotidiano escolar. Fischer destaca que “as escolhas didáticas do professor precisam constantemente ser revistas, bem como posições ideológicas rediscutidas, a fim de que viabilize a construção de sujeitos letrados mais reflexivos e sensíveis aos contextos sociais do letramento” (2011, p. 271). Invariavelmente, as questões do letramento do professor passam pelas condições de acesso à leitura.

Diante do exposto, consideramos que, embora deva constituir-se prática de qualquer curso universitário, o curso de licenciatura em Letras constitui um espaço privilegiado para que a problemática da leitura seja colocada na pauta dos debates curriculares implicados na formação do professor. Será que esse espaço que existe no currículo desses cursos não passa de discurso vazio e destituído de sentido concreto?

Tendo em conta a importância da discussão sobre a leitura no processo de formação do professor da educação básica, a problemática erigida pode ser sintetizada a partir da seguinte questão central: Quais limites e possibilidades podem ser vislumbrados na constituição da profissionalidade do professor, considerando o lugar destinado à leitura nos currículos de cursos de licenciatura em Letras?

QUESTÕES DE ESTUDO

A partir da questão central, atentando ao fundamental papel da leitura no processo de aprendizagem do aluno, que lugar ocupa a leitura nos currículos de cursos de licenciatura em Letras? Qual é seu papel na construção do capital cultural e simbólico do sujeito? Que significações a leitura traz na constituição da profissionalidade docente? Quais as iniciativas implementadas no Brasil para despertar o interesse à leitura como uma política comprometida com a qualidade educacional? As ações implementadas no Brasil, no âmbito de formação do professor, têm sido suficientes para que todos os cidadãos tenham acesso a livros e a leitura?

Considerando esse conjunto de questões, tenho como objetivo geral identificar limites e possibilidades de formação do professor leitor e da constituição de sua profissionalidade, pela análise do lugar destinado à leitura em indicações curriculares para cursos de licenciatura em Letras.

Ainda no processo de pesquisa, buscar-se-á

- 1) discutir o papel da leitura na construção do capital cultural e simbólico, identificando seu valor social na constituição do sujeito;
- 2) analisar programas nacionais de incentivo à leitura desenvolvidos pelo governo federal, a fim de verificar como vem se dando a atuação do Estado em políticas de incentivo à leitura no Brasil;
- 3) verificar a contribuição da leitura na constituição da profissionalização docente;
- 4) analisar se e como o tema da leitura é abordado nos currículos dos cursos de licenciatura em Letras, verificando ênfases e omissões na formação de professores da educação básica.

METODOLOGIA

A pesquisa se dará da seguinte forma: primeiramente serão coletados documentos que nortearão a investigação – leis, resoluções, PPC, ementas, entre outros. Esses recursos apontarão evidências e

relações entre o que é proposto e posto efetivamente em prática. Num segundo momento, elaborar-se-á um instrumento para estudo empírico – entrevista com formadores e questionário para alunos do curso de Letras (quem já atua como professor). Por último, análise da matriz curricular e das ementas das disciplinas, procurando identificar em quais disciplinas está contemplada a leitura como parte da formação dos professores de Letras.

A seção 2 compreende estudo bibliográfico acerca do papel da leitura na construção do capital cultural e simbólico do sujeito, discussão de políticas e programas nacionais de incentivo à leitura no Brasil e do papel do livro didático na construção do discurso hegemônico. A seção 3 versa sobre a formação do professor e o papel da leitura, o papel e o lugar da leitura nas DCNs para formação de professores. Na seção 4, apresentarei o caminho investigativo da pesquisa, o debate dos dados e uma síntese reflexiva sobre como o tema da leitura e da formação do professor da educação básica se entrelaçam no currículo escolar. E, nas “Considerações finais”, serão apresentados os resultados das análises a partir de comparações entre o que é proposto pelo ensino superior e o que de fato acontece na prática.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. 8ª ed. São Paulo: Parábola, 2009.

BENEVIDES, Araceli Sobreira. “A formação de professores do curso de Letras – aspectos para uma prática reflexiva”. **Revista Letra Magna**, ano 3, n. 5, 2º semestre de 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. “Presidência da República. Decreto presidencial n. 3.276, de 6 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica”. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 dez. 1999.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 009/2001, de 8 de maio de 2001. Dispõe sobre as diretrizes para a formação de professores da educação básica, em nível superior, cursos de licenciatura, de graduação plena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 abr. 2002.

_____. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. **Grupo de trabalho alfabetização infantil: os novos caminhos – relatório final**. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007.

CARVALHO, Marlene. “A leitura dos futuros professores: por uma pedagogia da leitura no ensino superior”. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 5, jan./jun. 2002.

COTRERAS, José. **Autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FISCHER, Adriana. “Ser professor na educação básica: letramentos em construção em um curso de Letras”. **Roteiro**, Joaçaba, v. 36, n. 2, p. 267-292, jul./dez. 2011.

_____. “O discurso sobre leitura e escrita de um estudante EaD em formação”. **Calidoscópico**, v. 12, n. 1, p. 15-23, jan./abr. 2014.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 50ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GATTI, Bernadete A. “Análise das políticas para formação continuada no Brasil, na última década”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008.

GERALDI, João W. **O texto na sala de aula**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2011.

KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura: teoria e prática**. 13ª ed. Campinas: Pontes, 2010.

LAJOLO, Marisa. “O texto não é pretexto”. In: ZILBERMAN, Regina (org.). **Leitura em crise na escola: as alternativas metodológicas**. 6ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p. 51-62.

_____. **Do mundo da leitura para a leitura de mundo**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. “Questões de metodologia do ensino superior: a teoria histórico-cultural da atividade de aprendizagem”. Palestra realizada na UCG, 5 de agosto de 2003.

_____. **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 7ª ed. Ed. rev. e modificada pelo autor. Trad. Maria D. Alexandre e Maria A. S. Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

MUZÁS, Maria Dolores. **Propostas metodológicas para professores reflexivos: como trabalhar com a diversidade em sala de aula**. São Paulo: Paulinas, 2008.

PEREIRA, Júlio Emílio D. “As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente”. **Educação & Sociedade**, ano XX, n. 68, dez. 1999.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta curricular de Santa Catarina: estudos temáticos**. Florianópolis: IOESC, 2005.

SARTOREL, Aline. **Prova Brasil: significações e influências na organização da escola e no trabalho docente**. Joaçaba: Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Curso de Mestrado em Educação, 2014 (Dissertação de Mestrado em Educação).

SAVIANI, Demerval. “Política educacional brasileira: limites e perspectivas”. **Revista de Educação**, PUC-Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008. _____. “Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40 jan./abr. 2009.

SCHEIBE, Leda. “Formação de professores no Brasil: a herança histórica”. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 41-53, jan./dez. 2008.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. **Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica**: das determinações legais às práticas institucionalizadas. Florianópolis: UFSC, 2007.

SILVEIRA, Ana Paula K. da. “Formação continuada em língua portuguesa – crenças, expectativas e saberes”. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**. PUCPR, out. 2009.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 17ª ed. São Paulo: Ática, 2002 (Série Fundamentos).

_____. “Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura”. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 81, p. 141-160, dez. 2002.

_____. **Letramento**: um tema em três gêneros. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TANURI, Leonor Maria. “A formação docente no Brasil: história e política”. **Educação e Filosofia**, v. 17, n. 34, p. 253-264, jul./dez. 2003.

TARDIF, M. **Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários**. Rio de Janeiro: PUC, 2000.

